

Assembleia aprova reajuste para o magistério proposto pelo Piratini

Aprovado o reajuste dos professores

VINICIUS COIMBRA

vinicius.coimbra@zerohora.com.br

A Assembleia Legislativa aprovou ontem a proposta do governo do Estado de reajustar em até 9,45% o salário dos professores ativos e inativos. O Projeto de Lei (PL) 139/2023 recebeu 52 votos favoráveis e nenhum contrário.

Antes, os deputados aprovaram por 27 votos a favor e 24 contra o requerimento de preferência da proposta. Com isso, não foram colocadas em discussão três emendas ao projeto original. Uma delas, das bancadas de PT, PCdoB e PSOL, sugeria que o reajuste fosse integralmente de 14,95% e não apenas para professores, mas também para os funcionários de escolas, o que é defendido pelo Cpers, sindicato da categoria.

Já as bancadas do PL e do Republicanos protocolaram emenda com o objetivo de garantir o reajuste integral de 9,45% para todos os professores estaduais, já que, na prática, uma minoria na

categoria receberá efetivamente este percentual de aumento no contracheque. Outra emenda do PL e Republicanos previa que o reajuste fosse válido a todos os inativos e pensionistas, com ou sem paridade. Após a aprovação na Assembleia, o projeto de lei será enviado para sanção pelo governador Eduardo Leite.

O reajuste previsto no projeto aprovado está distante dos 14,95% defendidos pelo Cpers. Também não inclui a reposição a funcionários de escolas, outra bandeira do sindicato. A presidente do Cpers, Helenir Schürer, destaca que a votação do requerimento de urgência foi "apertada", o que indica, segundo ela, que os representantes da categoria têm mais pontes de diálogo na Casa:

– Vamos organizar manifestações e cobranças do governo pela reposição para todos os servidores. Não vamos admitir que os nossos aposentados e os nossos funcionários fiquem sem reajuste. Iniciaremos uma nova luta.

Helenir afirma que a aprovação do projeto não significa que a categoria entrará em greve:

– Isso não está no horizonte por enquanto. Agora, vamos organizar os trabalhadores, os servidores e vamos construindo a pressão. Hoje, não tem essa discussão (greve) na categoria.

Antes da votação, o Cpers fez ato em frente ao Palácio Piratini, que reuniu cerca de 1,5 mil pessoas dos 42 núcleos do sindicato. No plenário, 200 servidores acompanharam a votação das galerias.

O reajuste de 9,45% só chegará integralmente a cerca de um terço dos contracheques dos professores ativos. A maioria dos profissionais da ativa terá ganho efetivo menor do que o percentual oficial.

Concursos

Um cálculo do Palácio Piratini mostra que cerca de dois terços dos que estão em sala de aula vão receber entre 6% e 9,44%. Entre os inativos, somente cerca de um



Mobilização lotou as galerias para pressionar os deputados

quinto receberá o reajuste integral, enquanto em torno de um terço não receberá qualquer aumento na prática.

Isso acontece porque o reajuste primeiro é absorvido na parcela de irredutibilidade, que reúne as vantagens temporais adquiridas.

Só depois o valor é adicionado ao contracheque. O Piratini alega limites nas contas estaduais que exigem a aplicação do mecanismo.

Ontem, os deputados também aprovaram projeto que estende por um ano a validade de concursos públicos.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Pagina: 7